

Alunos residentes

No território fluminense, 4.711 alunos moram nos Cieps, assistidos por pais sociais. Através da educação e da vida familiar, escapam do processo de marginalização

“Quando crescer, quero ser mãe social. Meu sonho é cuidar de crianças.” A frase de Luana Cristina do Nascimento, de 11 anos, mostra seu desejo de ser igual à mãe adotiva que cuida dela. Luana é um dos 4.711 alunos residentes que vivem nos Cieps fluminenses. Em todo município onde há um Ciep, lá estão os alunos residentes, cuidados pelos pais sociais, um casal contratado para dar a eles um clima de vida familiar. A proposta do programa — além de manter o vínculo com a família social e a família consanguínea — é sobretudo interromper o processo de marginalização antes que ele se instale de fato e definitivamente.

Luana e seu irmão mais velho, André Luiz, e os dois outros irmãos meno-

res, todos residentes no Ciep Cora Coralina, em Duque de Caxias, são um exemplo. Depois que a mãe morreu, passaram a contar apenas com o pai, um pedreiro, e a avó, onde viviam em um barraco dentro da lama, em Caxias. Uma vez não puderam voltar do fim de semana com o pai no dia marcado: o barraco ficou inundado pela enchente.

O programa é pioneiro no Brasil e parte do princípio de que, para lidar com a criança e o adolescente desprotegidos, a eficácia maior é conseguida num trabalho em pequena escala, evitando o grande internato ou orfanato, que quase sempre se transformam em verdadeiro “depósito” de criança. O programa Alunos Residentes — que faz parte do Programa Especial de Educação do Governo do Estado do Rio — trabalha

com um mínimo de cinco e um máximo de 12 crianças para cada casal social, e atende a uma faixa etária de seis a 14 anos.

Os casais são recrutados por uma equipe da Secretaria Extraordinária de Educação, que os entrevista e dá treinamento ao marido e à mulher. Eles têm casa, comida, luz e todas as taxas pagas pelo governo e a mulher recebe um salário mínimo. Pede-se que pelo menos um dos membros do casal seja funcionário do estado.

Luana chegou do fim de semana com os pais naturais com uma ferida na perna. A mãe social, Rosemere Joaquim de Mendonça Ferreira, de 33 anos, mandou-a à médica do Ciep e, além disso, faz curativos na menina.

Rose e seu marido Ely Rodrigues Ferreira, 33 anos, técnico ótico, são casados há 13 anos e têm três filhos, além de uma sobrinha adotiva. Ely tem um irmão que já foi pai social num Ciep e se interessou pelo programa. Rose, uma mulher desinibida e cheia de iniciativa, é da Igreja Pentecostal e já havia dado assistência a crianças órfãs. “Se a gente pode dar algo aos nossos próprios filhos e se doar, pode também fazer alguma coisa pelos filhos dos outros”, diz ela.

A família de Rosemere e Ely e os residentes se misturam de tal modo para ver televisão que quase não se distingue uns dos outros. De manhã, Rose lembra todo mundo (seus três filhos, a sobrinha e mais seis meninas residentes), dá banho, põe pa-



Eliezer e Ivone: brincadeiras e responsabilidade. Carlos Eduardo (à direita) aprende a contar consigo mesmo





Rose e Ely:
a família
unida diante
da TV

Fotos Elias Fajardo

ra escovar dentes e todos descem para tomar café e estudar no Ciep. Às cinco da tarde, estão de volta, em algazarra, e brincam juntos no pátio. Nos finais de semana, ela cozinha para eles e toma conta dos filhos do outro casal residente (o Ciep Cora Coralina, por ser grande, abriga dois casais residentes, um com meninas e outro com meninos).

Uma outra característica básica do programa é que a escola (através das diretoras-adjuntas comunitárias) procura dar uma força para que a família original do aluno residente supere suas dificuldades e volte a se estruturar para ter suas crianças de volta. Neste caso, eles continuam estudando no Ciep e morando com os pais ou responsáveis. Maria José Alves Faria, uma assistente social que coordena o programa Alunos Residentes, explica que, dos atuais 4.711 residentes no território fluminense, cerca de mil passam por uma residência mais longa (que independe do ano letivo), de mais de um ano, porque suas condições familiares são mais difíceis (pais mortos, doentes mentais, alcoólatras, ligados à prostituição ou drogas) e que os outros 3.600, por terem problemas relativamente mais leves (mãe diarista que trabalha até tarde ou mora longe, pai desempregado etc.) acabam ficando menos tempo, cerca de seis meses. O fundamental é que a criança fica menos insegura: ela não foi abandonada, está apenas dando um tempo enquanto sua família se reorganiza. Isto também desmistifica a crença de que os pais pobres, premidos pela miséria, perdem o interesse pelos filhos. Na verdade, a maioria deles faz questão de pegar os filhos na sexta-feira e trazê-los de volta na segunda. Os

valores e os laços familiares permanecem, apesar das condições econômicas adversas. Maria José, sua equipe e as diretoras-adjuntas realizam reuniões mensais em cada Ciep onde há residentes, juntando a escola com a família natural deles. E procuram também indicar trabalho ou dar alguma ajuda a pais e mães para que adquiram condições financeiras que lhes permitam trazer de novo os filhos para casa.

"Mas quando um deles vai embora a gente fica triste e chora", confessa Rose, muito apegada a seus filhos sociais.

No ano passado, 76% dos pais sociais tiveram desempenho considerado de excelente a bom, 21% foram classificados como regulares e 3% ruins. Os ruins foram afastados e alguns deles pediram o afastamento por vontade própria. Os casais, que em 93 eram 240, esse ano cresceram para 306.

O vigilante diurno Eliezer Severino Ferreira, de 30 anos, está completamente envolvido na brincadeira com seus filhos. São 12 filhos sociais e mais dois de sangue. A mulher dele, Ivone da Silva Ferreira, 30 anos, observa atenta

*O trabalho
em pequena escala
evita o clima de
orfanato e dá um
ambiente familiar às
crianças*

a brincadeira. Ela diz que seu caçula costumava ter ciúmes dos filhos sociais, mas hoje isto está sendo superado.

Eliezer confessa: "Eu sempre via crianças nas ruas e queria adotar. Mas não tinha condições. Quando me convidaram para morar aqui, foi a maior alegria, eu pude finalmente ajudar os outros." Eliezer e Ivone são casados há nove anos. Para ser pais sociais, as pessoas devem ter pelo menos três anos de vida em comum. "Na hora de brincar, brinco, mas quando precisa falar sério, falo também. Quando fazem coisa errada, chamo e explico e eles obedecem. Eles são meus filhos também, minha maior alegria é vê-los felizes", diz Eliezer.

Para ser residente, é preciso uma iniciativa da própria família do menino ou de cidadãos e instituições locais (conselhos municipais, associações de moradores, juízes, promotores), que indicam as crianças para o Ciep, que, depois de uma entrevista com os responsáveis, decide ou não pela residência.

Calcula-se que, no município do Rio de Janeiro, existam hoje cerca de 1.000 crianças nas ruas. Os 4.711 residentes atuais deixaram de sê-lo, já que seu processo de marginalização foi interrompido. Maria José realiza reuniões de articulação com os setores que indicam alunos para serem residentes, para que não só os encaminhem como também dêem alguma ajuda aos pais ou responsáveis.

Carlos Eduardo Flores, 16 anos, é um residente atípico, pois já passou um pouco da idade. Está no Ciep Cora Coralina há um ano. Sensível, inteligente e articulador, é órfão de pai e mãe. Foi adotado por um padrinho e estudou em excelentes colégios paulistas. O padrinho era problemático e batia muito nele. Revoltado, chegou a botar fogo no quiosque do colégio de freiras onde estudava. Fugiu e acabou na rua. Hoje, esculpe peças de xadrez, desenha jogos para seus irmãos adotivos, sonha recuperar o contato com seus irmãos de sangue e desabafa: "Tenho um pouco de remorso pelo que passei. Esperei demais da vida e a vida só me trouxe problemas. Hoje, a esperança maior é em mim mesmo." As diretoras-adjuntas do Ciep arranjaram um curso educacional laborativo para o menino em São João do Meriti e ele espera, ansioso, fazer 18 anos para entrar para o Exército. Diz, sorrindo: "Um pouco de disciplina não faz mal a ninguém." ■